



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

**ACTA N.º7/2009**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA  
NO DIA VINTE NOVE DE DEZEMBRO  
DE DOIS MIL E NOVE.**

-----Aos vinte nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, na sala de sessões do Edifício dos Paços do Município realizou-se a quinta sessão ordinária, previamente convocada e que contou com a presença dos seguintes elementos:-----

-----José do Carmo Correia Martins, José Natalino Gonçalves em substituição de Ulisses Saturnino Duarte de Brito, Judite Gil Gonçalves Neves, Ivo Manuel dos Santos Tomé, Cidália Maria Teixeira Santos Palma em substituição de João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas, Ilídio da Conceição Viegas, Sónia Costa do Rosário, Lina Maria Gonçalves Gago Sequeira, Francisco Bettenkourt Keil Amaral, José Manuel da Costa Dantas, Raquel Gonçalves Neto Alves em substituição de Henrique José Machado Nicolau, Tânia Sofia da Conceição Pires Revés, Norberto Miguel Brito Lopes de Jesus, António Domingos Cerdeira Leitão Pires, Paulo Viegas Guerreiro e David José Ventura Gonçalves. -----

-----Estavam ainda presentes os Vereadores Vitor Manuel Martins Guerreiro, Marlene de Sousa Guerreiro e Acácio José Madeira Martins. -----

-----Faltou o Vereador João Carlos Mendonça D'Aragão e Moura. -----

-----Verificada a existência de quórum o presidente da mesa deu por aberta a sessão tendo passado à leitura do edital que a originou, bem como a correspondência registada pelo núcleo de apoio da assembleia destacando ofícios vários da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ofício da Câmara Municipal remetendo correspondência recebida pelo Grupo Pestana sobre o encerramento temporário da Pousada de S. Brás, o qual leu na íntegra; ofícios da Câmara Municipal remetendo os documentos que deram origem à ordem de

trabalhos desta sessão; ofício da Governador Civil apresentando cumprimentos; uma carta do Presidente da Câmara informando que continuar a leccionar na Universidade do Algarve, a título gratuito e ainda os pedidos de justificação de falta e respectiva substituição dos elementos Ulisses Brito, João Grenhas e Henrique Nicolau.-----

-----Seguidamente informou que durante a tarde ocorreu uma reunião com os moradores do sítio dos Machados, onde foi debatido o acesso à Via do Infante, sendo que no final, ele próprio juntamente com os elementos Ivo Tomé e Francisco Keil Amaral acordaram transformar as preocupações já demonstradas pelo executivo municipal, numa moção, acrescentando algumas preocupações entretanto surgidas. -----

-----O elemento Ivo Tomé, para além das preocupações já demonstradas pelo executivo, disse que gostaria de frisar que para além de não se aceitar alterações à proposta inicialmente aprovada em treze de Outubro de dois mil e quatro, com excepção dos assuntos referidos nos ofícios da Câmara Municipal, deveria ainda acrescentar-se que se à luz das actuais regras, caso não seja possível executar o projecto, que se faça um novo estudo de impacto ambiental a poente dos Machados.

-----O Presidente da mesa disse que nestes projectos o que é mais difícil de obter concordância é o estudo de impacto ambiental o que iria comprometer o processo uma vez que o prazo já está a decorrer. -----

-----Acrescentou que a hipótese apresentada pelo Ivo, ou seja a passagem pelos Funchais, já foi em tempos liminarmente rejeitada, o mesmo será dizer que se vai propor uma coisa que à partida se sabe que não é viável nem aceitável. -----

-----Terminando referiu que o que todos desejam é que o traçado que está aprovado seja executado, e a justificação de ter havido alterações. -----

-----Francisco Keil Amaral disse que compreende a posição dos elementos do Partido Social Democrata ao deixar em aberto uma outra alternativa, para o caso de não ser aceite a proposta já aprovada. -----

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara informou que este projecto tem mais de uma década, tendo vindo à Assembleia Municipal em meados de mil novecentos e noventa e oito, com a proposta de dois troços. Na altura já se colocava também a questão dos Funchais, sendo que esta hipótese foi logo rejeitada pelo Instituto do Ambiente, por causar mais conflitos ambientais e por criar um novo corredor para além da EN 2. -----

-----Perante este cenário a Câmara e a Assembleia optaram por aprovar o traçado que teria a sua implantação por cima da EN2.-----

-----Em dois mil e quatro foi apresentado o projecto que já contemplava o acesso às moradias e foi aprovado, com algumas condicionantes que viriam a ser corrigidas posteriormente, nomeadamente evitando-se o derrube de uma casa e a diminuição de uma rotunda ou mesmo o seu desvio.-----

-----Acrescentou que o Governo ligou esta obra à obra de requalificação da Estrada Nacional cento e vinte e cinco, incluindo mais duas obras de menor dimensão, pertencentes aos municípios de Faro e Olhão.-----

-----Em Abril de dois mil e nove foi aprovado o contrato de concepção e construção do projecto e até meados de Julho nada nos foi dado a conhecer. Posteriormente apareceu junto da população um documento que prevê a alteração do projecto aprovado.-----

-----Foram de imediato realizadas várias reuniões com as Estradas de Portugal, tendo sido mostrada uma planta com o traçado proposto pela empresa ganhadora do concurso.-----

-----De imediato foi remetido ofício às Estradas de Portugal, solicitando a alteração, dado que a Câmara rejeita liminarmente que o traçado passe no centro dos Machados.-----

-----Acrescentou que o projecto foi recebido na Câmara no dia quatro de Dezembro, mantém a proposta apresentada pela empresa concessionária, o que trouxe grandes preocupações, tendo no dia nove de Dezembro manifestado, junto das Estradas de Portugal e empresa concessionária, a não concordância com o projecto apresentado.-----

-----Solicitou-se a comparência dos responsáveis da instituição e empresa numa reunião com os moradores da zona dos Machados a qual deveria ocorrer entre o dia catorze e vinte e três. Não tendo sido obtida qualquer resposta, agendou-se a reunião, contando apenas com os representantes da Câmara Municipal, a qual ocorreu hoje.-----

-----O projecto foi mostrado hoje a todos, foi devidamente debatido pelos presentes, continuando à disposição para ser consultado.-----

-----Disse que é uma obra de grande envergadura, no entanto não se trata de uma auto-estrada mas sim de uma via com duas faixas de rodagem.-----

-----Norberto Miguel disse que a bancada do Partido Social Democrata não quer

recusar o projecto já anteriormente aprovado, no entanto caso não o queiram executar apresentam uma alternativa, com um traçado que passaria a poente dos Machados.-----

-----O Presidente da mesa disse que não se trata de quererem ou não fazer o projecto, porque se existe um traçado aprovado é esse que tem de ser seguido, caso contrário terão de apresentar justificação para o facto de não o quererem tornar realidade. -----

-----Seguidamente passou-se à leitura da moção que a seguir se transcreve:-----

-----“**MOÇÃO.**-----

***Pela Ligação de São Brás de Alportel à Via do Infante pelo traçado inicialmente aprovado-----***

***Analisado o projecto remetido em 4 de Dezembro do corrente ano de 2009 à Câmara Municipal de São Brás de Alportel, pelo Consórcio Edifer - Desenvolvimento, vencedor do Concurso da Concessão Algarve Litoral, relativo à obra de Ligação de São Brás de Alportel à Via do Infante, verificámos que este apresenta um traçado diferente daquele que foi aprovado pelo Município de São Brás de Alportel em 13/10/2004, com alterações prejudiciais às populações locais, nomeadamente o atravessamento do núcleo urbano dos Machados e todos os prejuízos inerentes a esta situação. -----***

***Nesta circunstância, e cumprindo os objectivos a que se propõe esta Assembleia Municipal, na defesa dos supremos interesses da população, declaramos não aceitar a proposta de projecto ora apresentada, por configurar uma profunda alteração ao traçado aprovado em reunião de Câmara Municipal datada de 13/10/2004 (nomeadamente no troço entre o Km 1+000 e o Km 1+825), devendo o traçado ser mantido, como aprovado, na generalidade, atendendo no entanto a algumas propostas de adaptação, de modo a minimizar os prejuízos às populações locais, conforme explanado no ofícios remetidos pela Câmara Municipal em 7 de Julho e 9 de Dezembro de 2009, que junto anexamos a esta moção.-----***

***Mais declaramos que, se por ventura, existir algum impedimento legal à execução do traçado aprovado em 13/10/2004, sugerimos que se realize um***

**estudo de impacto ambiental, considerando a hipótese de elaboração de um novo traçado a poente do núcleo urbano dos Machados.**-----

**Mais solicitamos que qualquer alteração a este traçado seja sobejamente informada a esta Assembleia Municipal**".-----

-----O elemento António Pires disse que se existe um projecto aprovado, que obteve a concordância da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e moradores dos Machados é por este que temos de lutar, não admitindo mais hipóteses.-----

-----Francisco Keil Amaral disse que não tem nada a acrescentar, porque não existe grande margem de manobra, e até porque se apercebeu que o projecto aprovado em dois mil e quatro não é tão consensual como parece, no entanto é melhor do que aquele que foi agora apresentado. Referiu ainda que caso não se concorde nem com o de dois mil e quatro nem com este, corre-se o risco do projecto não ser executado. -----

-----O Presidente da mesa disse que não existe um traçado que obtenha a concordância de todos, por isso tempos de lutar por aquele que causa menos transtornos à população, daí lutar-se para se corrigir alguns pontos menos benéficos, o que é diferente de propor um estudo para um novo traçado.-----

-----José Dantas disse que concorda plenamente com as palavras do Presidente da mesa, nomeadamente quando refere que qualquer projecto nunca obtém a concordância de todos, por isso convém defender o projecto que causa o menor impacto possível. -----

-----Trocaram-se impressões sobre os vários pontos de vista dos elementos das várias bancadas, passando-se à votação da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade e aclamação. -----

-----Passou-se ao ponto seguinte: "**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**", durante o qual usou da palavra o Senhor Luciano Lourenço, morador em Machados para perguntar se na realidade não existe hipótese de se fazer uma alteração ao traçado e caso haja necessidade de se fazer um estudo de impacto ambiental, então que se faça, até porque existem zonas onde o traçado causava menos prejuízos. -----

-----Seguidamente usou da palavra o Senhor Paulo Sousa, residente igualmente nos Machados, para dizer que os moradores daquela zona não estão contra o desenvolvimento do concelho, no entanto não gostariam que fosse às suas custas, porque já basta terem sofrido tantos anos com a poluição da ribeira. Apelou à Câmara Municipal para que faça alguma coisa por aquela população.-----

-----Ivo Tomé acusou a Câmara de inoperância perante este assunto porque já conhecia o projecto há alguns meses e não o deu a conhecer porque o mesmo iria causar alguns constrangimentos, numa altura em que não era isso que se pretendia. Acusou igualmente a Câmara de convocar a reunião, que se realizou hoje, apenas com dois dias de antecedência, o que fez com que muitas pessoas não pudessem comparecer.-----

-----O Presidente da Câmara lamentou o facto de se fazerem afirmações desta natureza, classificando-as de demagogas e apenas políticas, dando uma imagem negativa da Câmara. Assim explicou novamente todos os percursos deste projecto. -

-----Seguidamente passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos :  
**“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL”**  
**“CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL”**-----

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve explanação da actividade mais relevante que ocorreu no período subsequente à última sessão, informação essa que dispensa a sua transcrição por ficar apenas a esta acta. -----

-----Acrescentou ainda que desde a última sessão, a câmara tem tido um trabalho excessivo, com um esforço acrescido para apresentar a horas os documentos usuais (orçamento, grandes opções do plano e mapa de pessoal), deparando-se ainda com a elaboração de um plano de combate à corrupção e a visita, durante algumas semanas de dois elementos da Inspeção Geral de Administração Local. ---

-----Terminada a explanação usou da palavra Norberto Jesus para perguntar se a nova rotunda construída junto às piscinas municipais cobertas cumpre os requisitos para que possam circular viaturas de grande porte.-----

-----Em relação à Estrada Municipal quinhentos e catorze quis saber se será efectuado o seu alargamento e se o mesmo se refere ao projecto aprovado em dois mil e um. -----

-----Ivo Tomé disse que a Câmara deveria insistir junto do Grupo Pestana-Pousadas de Portugal para que indicasse uma data para a reabertura daquela unidade hoteleira.-----

-----José Dantas manifestou o seu agrado pela capacidade demonstrada por este executivo, salientando o apoio social, a saúde, a educação, o desporto, a cultura e o património, a renovação urbana, o abastecimento de água... -----

-----O Presidente da Câmara disse que tem de se fazer alguma pressão junto do Grupo Pestana para evitar que aquela estrutura encerre. -----

-----Em relação à rotunda disse que não tem conhecimento de quaisquer problemas relacionados com a circulação do trânsito, acrescentando que tem aquelas medidas para poder garantir espaço de estacionamento que aquela via vai ter um prolongamento até à Escola EB 2.3 Poeta Bernardo de Passos, evitando assim a circulação de viaturas nas artérias da Vila. -----

-----Em relação ao alargamento da Estrada Municipal quinhentos e catorze disse que esta é uma obra contemplada no orçamento para dois mil e dez, paralelamente com a obra de abastecimento de água até à Alfarrobeira da Tumba. -----

-----Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: “**SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**” não tendo havido quaisquer intervenções, uma vez que todos os elementos tinham conhecimento deste documento e não colocaram nenhuma questão. -----

-----De seguida passou-se à análise do quinto ponto da Ordem de Trabalhos : “**APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE RECEITA E DESPESA E DO MAPA DE PESSOAL PARA DOIS MIL E DEZ**”-----

-----O Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal que remetia este assunto para aprovação bem como a deliberação do executivo camarário que recaiu sobre mesmo. -----

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara fez uma apresentação pormenorizada destes documentos justificando algumas das reduções de receita do IMI e a questão do financiamento por parte do QREN. Referiu igualmente que S.Brás continua a ser o município do Algarve que recebe a menor verba por parte do Estado, acrescentando que com a transferência de competências as despesas também são acrescidas. -----

-----O aumento das despesas relacionam-se igualmente com a manutenção em funcionamento de novos equipamentos como as piscinas municipais cobertas, a quinta do Peral, o Centro de Artes e Ofícios, as salas novas da escola eb nº. 3 e jardim de infância... -----

-----Disse que este é o orçamento possível e não o desejado, no entanto foi feito

com muito rigor e pretende ser exequível, cifrando-se o mesmo em dezasseis milhões, cento e sessenta mil, cento e oitenta euros.-----

-----As receitas e despesas mantêm-se equilibradas, apresentando, para melhor elucidação de todos, gráficos comparativos com anos anteriores. -----

-----Apresentou as grandes opções do plano enumerando todas as áreas de investimento e as verbas propostas para cada uma delas. -----

-----Indicou algumas obras directamente executadas pela Câmara, ou apenas com a participação da mesma como seja a ampliação da Escola Secundária, o apoio á Creche “O Sítio do Bebê”, a construção do edifício da Junta de Freguesia, o apetrechamento do mercado municipal, a melhoria do parque de viaturas e espaço destinado a funcionários, renovação de sinalética, abertura de caminhos e pontos de água, requalificação do parque escolar, ampliação da Escola nº2 e melhoramento da sala de professores e despensa, adaptação da Escola Primária de Parises a centro de dia, criação da loja social e implementação do projecto “mão amiga” em que a Câmara colabora diariamente com os munícipes mais necessitados, em pequenos arranjos, aquisição de imóveis para habitação social, construção de novos fogos, plano pormenor do terminal rodoviário contemplando a aquisição de alguns imóveis para que a obras se possa realizar, remodelação urbana da avenida da Liberdade, pavimentação de ruas no centro histórico, plano de reabilitação da entrada Sudoeste da Vila, ampliação da rede de abastecimento de água até ao sítio de João Cavaleiro e reparação com alargamento da Estrada Municipal quinhentos e catorze, ampliação da rede de saneamento até à Alfarrobeira da Tumba, construção da estação elevatória junto ao cruzamento dos Almargens, construção de contentores enterrados, criação e manutenção de espaços verdes, apoio às associações culturais, construção do campo de ténis, arranjos no pavilhão desportivo, arranjos de caminhos agrícolas, pavimentação de caminhos, conclusão do plano de pormenor da zona industrial, plano municipal de eficiência energética, conclusão do mercado municipal..... -----

-----Terminada a apresentação Norberto Jesus disse que não compreende os quadros relacionados com os empréstimos e que não consegue perceber como vai haver uma redução com as despesas de pessoal quando se sabe que a Câmara recebeu, com a transferência de competências da educação, cerca de mais cinquenta funcionários para o seu quadro. Quis igualmente esclarecimentos acerca das transferências de capital. -----

-----Ivo Tomé quis saber a que se refere a verba destinada a uma estação de biodiversidade. -----

-----Em relação ao mapa de pessoal disse que no orçamento é apresentado apenas o de dois mil e dez, mas não consta a indicação de quantos funcionários tem a Câmara em dois mil e nove. -----

-----Em relação ao QREN disse que foi anunciado que S. Brás, juntamente com outros municípios, elaboraram uma candidatura, desconhecendo-se quais os projectos candidatados. -----

-----No que se refere aos trezentos mil euros para a creche, quis saber se estes dizem respeito ainda à obra ou se já contemplam equipamento. -----

-----Respondendo a estas questões o Presidente da Câmara disse que a diminuição de custos com o pessoal tem a ver com o facto de não se ocuparem os lugares que vão ficando vagos com as aposentações, fazendo-se um grande esforço com os que ficam ao serviço, para manter a qualidade dos serviços. -----

-----Em relação ao QREN disse que existem algumas obras que estão previstas e que são demonstradas no orçamento com as letras FC (fundos comunitários), onde se encontra por exemplo a Escola Secundária, a aquisição de material informático, equipamentos para as escolas e ainda uma verba para a terceira fase da circular norte, uma vez que as outras câmaras tiveram verbas para a requalificação do parque escolar, e como S. Brás já tinha essa etapa ultrapassada a verba correspondente passou para a mobilidade urbana. -----

-----Em relação à creche disse que o montante diz respeito à verba que falta para colocar aquela estrutura em funcionamento. -----

-----Solicitou a colaboração da Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial – Lilia Pires para prestar alguns esclarecimentos adicionais. -----

-----Usando da palavra Lilia Pires referiu que na rubrica passivos financeiros em dois mil e nove apenas havia a intenção de contracção de empréstimos, os quais só podem ser considerados depois de aprovados. Assim como estes só foram aprovados em Fevereiro de dois mil e nove, ainda nos resta alguma verba, nomeadamente no empréstimo destinado à remodelação do mercado municipal. -----

-----No que se refere às transferências de capital disse que o aumento refere-se essencialmente à verba considerada para atribuir ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, para a conclusão da creche. -----

-----Em relação ao projecto da Biodiversidade, o Presidente da Câmara disse que o mesmo se engloba nos vários projectos “Prover” que foram candidatados conjuntamente com outras Câmaras, como Almodôvar, e algumas associações com a InLoco e a Almargem, que visa o estudo da fauna e da flora e a monitorização dos espaços para os caracterizar durante algum tempo, projectos esses que esperam a sua aprovação. -----

-----Francisco Keil Amaral teceu alguns comentários à parte da acta da Câmara Municipal que acompanhava este documento para aprovação, nomeadamente onde refere que “ *O Senhor Presidente explicou que no passado dia 7 de Dezembro teve uma reunião com os Senhores Vereadores e com o elemento da CDU com assento na Assembleia Municipal para apresentação e explicação dos documentos previsionais para o ano de 2010. Nesta apresentação foi dando maior ênfase aos investimentos mais relevantes em matéria de impacto financeiro. O Senhor Presidente informou que desta reunião não resultaram quaisquer alterações aos documentos apresentados. Referiu ainda que a CDU apresentou um documento relativo a este assunto, fazendo apenas comentários de âmbito político...*” porque tanto quando sabe é uma obrigação da Câmara apresentar aos elementos da oposição estes documentos por isso não se trata de um mero convite. -----

-----Acrescentou que esta reunião foi realizada no dia sete de Dezembro, para análise de um documento que iria ser aprovado pela Câmara na reunião do dia nove, o que é manifestamente impossível de alguém fazer uma análise e apresentar alguma sugestão em tempo tão reduzido, e ainda com a agravante de que apenas recebeu as Grandes Opções do Plano. -----

-----Perante estes contratempos, sugeriu que os documentos não fossem aprovados no dia nove mas sim na semana seguinte para poder apresentar alguns comentários que foram considerados apenas como sendo de carácter político, e que no seu entender tinham propostas bastante concretas. -----

-----Para melhor análise entregou cópia à mesa para que essas propostas constassem na acta desta sessão, as quais se transcrevem a seguir: -----  
“*Comentários à proposta de Grandes Opções do Plano do ano 2010 e Orçamento.*”

Generalidade: \_\_\_\_\_

- *Pela importância do assunto, este tem obrigatoriamente de ser apreciado com tempo e com a possibilidade de envolver elementos com maior conhecimento sobre a matéria;*-----
- *A CM deverá auscultar todos os partidos/grupos partidários com assento na Assembleia Municipal, e estes indicarão quem irá estar envolvido na apreciação do Orçamento;*-----
- *Igualmente importante será, no futuro, analisar-se o balanço financeiro do município, para avaliar o seu impacto sobre os munícipes (ex: peso dos impostos directos e indirectos), a lógica de investimento (ex: onde foram realmente gastas as verbas) e o modo de gestão corrente na execução financeira (ex: nº e valor envolvido em ajustes directos, concurso limitados e concursos públicos);*-----
- *Não se entende por que razão existem acções/despesas/investimentos que se mantêm ao longo dos anos e transitam de uns exercícios financeiros para os outros. Não estará em causa a pertinência dos respectivos investimentos, mas essencialmente a dúvida sobre para onde foram re-allocadas as verbas para ali previstas!?*-----

### *Estratégia*-----

- *O plano deverá estar assente numa estratégia de desenvolvimento para o concelho, clara, rigorosa e conhecida pela população. Isto não se verifica;*-----
- *Deverá ser demonstrado um maior esforço de contenção e boa gestão dos recursos financeiros (existem diversas vias para se pouparem verbas, como a adaptação de espaços verdes para menores consumos de água...);*-----
- *O Orçamento Participativo não pode ser apenas uma “bandeira” da autarquia, para a defesa de uma governação dita isenta e inovadora. É necessário esclarecer:*-----
  - *Qual a verba afecta às propostas da população?*-----
  - *Quais as acções passíveis de serem envolvidas nessa gestão participada? --*
- *Da mesma forma, princípios como o “Slow City” não estão reflectidos no documento, apesar de ser também um trunfo constante na propaganda do Executivo.*-----

Detalhes-----

*Da análise do documento, mesmo tendo em conta as explicações apresentadas pela CMSBA, não podemos deixar de tecer os seguintes comentários sobre situações concretas da proposta apresentada:-----*

*1 Funções Gerais-----*

*110 Serviços Gerais da Administração Pública-----*

*Parques de Serviços da Câmara Municipal. Não se compreende porque se mantém este investimento quando ele estava previsto, com financiamento definido, de 40.000 e 350.000 euros, respectivamente, em 2008! -----*

*2 Funções Sociais-----*

*211 Educação – Ensino não Superior-----*

*Deverá ser esclarecido qual o impacto na gestão financeira do município, o seu envolvimento na requalificação da ES José Belchior Viegas, e como e quando irá o Ministério da Educação reembolsar a CMSBA?-----*

*220 Saúde-----*

*A proposta poderia ser muito mais ambiciosa, indo ao encontro das inúmeras necessidades que um segmento importante da população sambrasense apresenta. Não se compreende o que significa um investimento em Espaços Exteriores do Centro de Saúde, quando há necessidades muito mais prementes.-----*

*232 Acção Social-----*

*O projecto da “Loja Social” será uma iniciativa extremamente útil.-----*

*O “Projecto Mão Amiga” pode constituir um importante apoio aos mais desfavorecidos e é muito meritório. Apenas não se compreende o tão baixo nível de investimento, que chega ser escandaloso, quando comparado com outros “investimentos” de interesse duvidoso.-----*

*241 Habitação-----*

*Embora o assunto de Habitação Social seja pertinente, verifica-se que afinal não tem um financiamento garantido, pelo que poderá não passar de simples intenções.-----*

#### 242 Ordenamento do Território-----

*Claramente, a aposta num investimento avultado de requalificação da Avenida, não nos parece adequado, quando existem, em nosso entender, outras prioridades mesmo no interior da Vila, como seja a reabilitação do Centro Histórico que, pelas suas particularidades e complexidades, exigirá um investimento muito maior do que o proposto.-----*

#### 244 Abastecimento de Água-----

*É um dos temas chave, onde deveria existir um maior investimento, que se irá reflectir na redução de desperdício e maior eficácia na utilização.-----*

#### 246 Protecção Meio Ambiente e Conservação da Natureza-----

*As propostas relativas aos espaços verdes na Vila quase parecem uma brincadeira, num aglomerado urbano em franco crescimento onde esses espaços não aparecem e estão a tornar-se em locais de acesso quase restrito como logradouros das novas urbanizações, em vez de constituírem elementos estruturas da malha urbana. Exige-se uma mudança radical na abordagem desta temática, em prol de uma tão defendida e, para nós, fundamental qualidade de vida dos habitantes.-----*

*O assunto dos resíduos verdes não é encarado e, no entanto, constitui uma matéria relevante no concelho. Na medida em que a CMSBA não está a conseguir geri-lo adequadamente e que, por outro lado, pode assumir um efeito sensibilizador que não pode ser desprezável, podendo, a nosso ver, até transformar-se numa fonte de receitas para a CM, esta questão deverá ser equacionada.-----*

### 3 Funções Económicas-----

#### 310 Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca-----

*No domínio da agricultura, mais se poderia fazer pelo apoio directo aos pequenos agricultores, contribuindo assim para um complemento financeiro à actividade. Experiências relacionadas com a recolha e distribuição, numa pequena escala, de produtos provenientes de explorações caseiras, têm tido um interessante impacto na manutenção das práticas agrícolas locais e com proveitos para os consumidores. São*

conhecidos casos do importante envolvimento das autarquias nessas iniciativas.-----

320 *Indústria e Energia*-----

*A aposta nas energias alternativas é tímida e merecia estar baseada numa estratégia melhor estruturada.*-----

342 *Turismo*-----

*Embora muito interessante e pertinente, importará analisar o efeito prático que o projecto “Rota da Cortiça” tem, bem como a sua sustentabilidade.*----

*Propostas*-----

*Apesar de ter presente o pouco peso na decisão, que a CDU poderá ter nesta matéria, cabe-nos defender o interesse da população Sambrasense e manter uma coerência de ideias, que nos deve acompanhar sempre. Assim, apresentam-se algumas propostas, que têm como base os seguintes pressupostos:*-----

- a. A CMBSA encontra-se numa situação financeira aparentemente estável, o que pode ser resultado de uma gestão cuidadosa, pouco “aventureira” no sentido de não se envolver em gastos para os quais se possa vir a “penhorar”. A relação Receita Total/Despesa Total tem sido sempre positiva;--*
- b. Tem sido política dos últimos Governos, a sucessiva transferência de competências da Administração Central para a Administração Local sem que, contudo, tal seja acompanhada da necessária transferência de verbas;-----*
- c. A situação económica do País é grave e transversal, afectando as finanças do Estado, das autarquias, das empresas, das famílias e dos cidadãos, individualmente ou nas suas diversas formas de organização;-----*
- d. A gestão camarária deve reflectir esse entendimento, acompanhar a situação e reagir de forma a minimizar os efeitos da crise. Deverá assim, em nosso entender, aliviar a carga fiscal sobre os munícipes e desenvolver acções de benefício directo na manutenção da qualidade de vida dos cidadãos, o que pode acontecer através da disponibilização de serviços comunitários e de apoio social;-----*

- e. *Sente-se que essa não tem sido a estratégia de governação do Executivo: os impostos directos sobre a população têm vindo a aumentar sucessivamente; o ratio das despesas correntes da CM per capita tem aumentado e o investimento per capita tem vindo a diminuir, para além de ser, por vezes, direccionado de forma questionável; -----*

*É entendimento da CDU, que a afectação de verbas será mais justa e coerente com o que esta coligação defende e, por absurdo, até mais consentâneo com o que a própria Câmara Municipal diz serem os seus princípios orientadores e que, a ver por esta proposta de Grandes Opções do Plano, se encontra esquecida:-----*

*Existe uma evidente aposta na sede do concelho – abordagem demasiado urbana, para um concelho que ainda tem uma forte componente rural, cada vez mais fragilizada e sensível aos problemas sócio-económicos que assolam o País;-----*

*O reforço da assistência médica às comunidades serranas tem de ser uma realidade, pois o modelo actual é claramente insuficiente e desajustado à realidade.*

*O funcionamento de um sistema de Serviço de Cuidados Continuados de âmbito domiciliário terá um enorme impacto junto das camadas mais idosas e de mobilidade mais reduzidas, e não envolveria meios inoportáveis para a CMSBA. A constituição de uma extensão do Centro de Saúde na serra poderá ser também equacionada;-----*

- Faltam questões ambientais nas Grandes Opções: para um concelho com pretensões de ser um baluarte da qualidade de vida na região, não se encontram preocupações de fundo sobre esta matéria, nem investimentos dignos de virem a ter um efeito reconhecido neste domínio;-----*
- Fomentar a utilização de energias alternativas. Apesar de já constar na proposta, parece-nos tímida e pontual. Defendemos que a CMSBA deveria apostar na utilização mais alargada deste tipo de energias nos edifícios públicos e comunitários. Para além do investimento próprio, será viável dinamizar o acesso a apoios externos;-----*
- Deverá existir uma maior atenção na poupança de recursos, nomeadamente a água, para a qual será fulcral o investimento na manutenção e melhoramento das infra-estruturas de distribuição, onde apenas se vislumbra uma atitude de reacção a eventuais falhas que possam surgir;-----*

- *Fomentar o aparecimento e desenvolvimento de clubes e iniciativas orientadas.*-----

----- Disse ainda que não entende qual a desculpa que a Câmara possa apresentar para não ter este ano feito o “orçamento participativo” -----

-----Concretamente no que se refere às grandes opções do plano fez referência a algumas rubricas como a saúde, com quarenta e oito mil euros; na acção social seiscentos e sessenta mil euros; habitação social cento e oitenta mil euros, áreas que a CDU acha prioritárias, mas fica perplexo quando vê, em investimento na feira da serra, evento que adora, um valor de duzentos e quarenta e quatro mil euros, doas quais cento e vinte cinco mil são para pagamento de artistas; obras de requalificação da Avenida da Liberdade, cento e noventa mil euros. -----

-----Outra questão que lhe deixou algumas dúvidas foi a consequente inscrição em grandes opções do plano das mesmas obras, dando como exemplo o parque de serviços da câmara.-----

-----Finalmente apelou para que seja fornecido, devidamente organizado o resultado da execução das grandes opções do plano de dois mil e nove para poder comparar o que foi previsto e o que foi executado na realidade, o que não foi e para onde é que foram canalizadas as verbas. -----

-----Respondendo o Presidente da Câmara disse que este executivo tomou posse no dia vinte dois de Outubro, sendo que só nas semanas seguintes é que foram distribuídos pelouros, o que deixou um prazo de cerca de duas semanas para a realização do orçamento e grandes opções do plano para dois mil e dez, para além de todo o trabalho normal diário de uma Câmara.-----

-----Atendendo ao curto prazo e por só no dia nove se ter concluído o orçamento e a nota justificativa sugeriu que se fizesse uma reunião de Câmara extraordinária na semana seguinte para dar mais algum tempo para análise destes documentos, tendo sido cumpridos todos os prazos legais estabelecidos.-----

-----Em relação ao documento apresentado pela CDU disse que o mesmo continha algumas propostas com as indicações de que concordavam ou não com esta ou aquela ideia, quando o que na realidade se pretendia era a apresentação de obras concretas, o seu financiamento e um prazo temporal, ou ainda a não realização desta ou daquela obra. -----

-----No que diz respeito às opções elencadas referiu que em relação à saúde esta

não é uma competência da Câmara, apenas colabora para a prestação de serviços que visem melhorar a qualidade de vida à população, através da unidade móvel de saúde; na acção social disse que existem algumas propostas concretas que serão desenvolvidas de acordo com o orçamento existente. Em relação à feira da serra disse que o valor que é referido para pagamento de artistas engloba o aluguer de tendas, geradores e segurança do recinto, ficando apenas cerca de cinquenta mil euros para artistas. -----

----- Acrescentou ainda que outros municípios gastam cerca de dez vezes mais na noite da passagem de ano do que o orçamento anual da Câmara Municipal de S. Brás disponibiliza para pagamento de espectáculos. -----

----- Em relação ao parque de serviços informou que o mesmo é orçamentado anos consecutivos, no entanto quando é necessário obter alguma verba mais urgente esta é a obra “sacrificada” o que não revela nenhuma má gestão mas sim uma opção e tal como acontece em todas as casas, surgem por vezes despesas urgentes e inadiáveis que tem de ser resolvidas de imediato tendo de se obter verba nalgum lugar, tal como aconteceu hoje com o realojamento de uma família que ficou sem casa. -----

----- Informou igualmente que sempre que há necessidade de se alterar verba de uma rubrica para outra ou sempre que há necessidade de se abrir uma nova rubrica é apresentada uma alteração ou uma revisão consoante o caso, devidamente fundamentada, que é aprovada pela Câmara no caso da alteração e pela Câmara e Assembleia no caso da revisão, documentos que fazem parte integrante da conta de gerência que será apresentada em Abril para aprovação, onde se espelha as diferenças entre o orçamentado e o executado. -----

----- O Presidente da mesa disse que este executivo tem gerido com o máximo critério os fracos recursos que dispõe para fazer face às numerosas solicitações dos seus munícipes. No que diz respeito concretamente à feira da serra referiu que este é um evento reconhecido a nível nacional, que traz muitas pessoas ao nosso concelho e que ficam agradadas com a qualidade e particularidade do mesmo. -----

----- Usando da palavra António Pires leu um documento que a seguir se transcreve: -----

----- *“Num contexto evidente de crise, para as famílias, para as empresas e para os cidadãos, em que a perda das receitas das autarquias, com uma baixa dos financiamentos comunitários, com a agravante de sermos o concelho, que no*

Algarve, recebe as menores transferências do Orçamento Geral do Estado, é com orgulho que nos propomos defender o Orçamento Municipal de 2010, onde existem desafios importantes em que é preciso dar resposta:-----

----- Construção de novos equipamentos e infra-estruturas no concelho;-----

----- Combate ao desemprego e à crise na pequena indústria e comércio;-----

----- Ajudar os que mais precisam, isto é, dar resposta àqueles que tiveram um agravamento nas suas situações sociais;-----

----- Mas fazendo face a todas estas contrariedades neste contexto de crise, gerindo prioridades e rentabilizando de uma forma racional, criteriosa e justa, aos poucos recursos, bem como, as oportunidades de financiamento, tendo como objectivo primordial sempre as pessoas, todos os SAMBRASENSES, este é o Orçamento Possível (não o desejável) que dá início à concretização do plano de acção JUNTOS PELO FUTURO. -----

----- Só com orçamento equilibrado e gestão mais rigorosa é possível dar voz aos anseios dos sambrasenses.-----

----- Com um Orçamento de 16 160 180,00 Euros, provavelmente o menor de todos os municípios do Algarve compete-nos salientar:-----

----- NAS RECEITAS:-----

----- Acréscimo de 0,12% nas receitas correntes face a 2009;-----

----- Acréscimo de 55,94% nas receitas de capital face a 2009;-----

----- Decréscimo de 35,88% nos impostos indirectos; -----

----- NAS DESPESAS:-----

----- Acréscimo de 0,43% nas despesas correntes face a 2009; -----

----- Decréscimo de 4,66% nas despesas de pessoal;-----

----- Iremos investir em áreas importantes como: -----

----- EDUCAÇÃO-----

----- Requalificação e ampliação da Escola Secundária José Belchior Viegas – 1.338 000 Euros;-----

----- Requalificação do parque escolar 235 000 Euros;-----

----- SAÚDE: -----

----- Aquisição de equipamento para acessibilidades 27 000 Euros;-----

----- ACÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO:-----

----- Apoio à construção da Creche “Sítio do Bebê” 300 000 Euros; -----

----- Centro comunitário dos Parises 45 000 Euros;-----

-----Loja social 29 000 Euros;-----  
-----Aquisição de Imóveis para habitação social 99 900 Euros;-----  
-----Construção de fogos de habitação social 59 000 Euros;-----  
-----Remodelação e manutenção no parque de habitação social 79 900 Euros;-----  
-----ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:-----  
-----Circular Norte fase III – 390 000 Euros;-----  
-----Plano de Pormenor do terminal rodoviário 175 000 Euros;-----  
-----Plano de revitalização do Centro histórico 150 000 Euros;-----  
-----CULTURA E PATRIMÓNIO:-----  
-----Casa das Artes- Núcleo Museológico do Azeite 200 000 Euros (2011)-----  
-----Apoio a Associações Culturais 51 500 Euros;-----  
-----DESPORTO RECREIO E LAZER:-----  
-----Campos de Ténis 124 000 Euros;-----  
-----Pavilhão Municipal 42 000 Euros;-----  
-----Apoio a Associações Desportivas 136 500 Euros;-----  
-----INDÚSTRIA E ENERGIA:-----  
-----Plano de eficiência energética – com aquisição de equipamentos de energias renováveis 100 000 Euros;-----  
-----DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----  
-----Modernização do Mercado Municipal 790 000 Euros.-----  
-----Exmº. Senhor Presidente da Câmara; Exmº. Senhor Presidente da Assembleia Municipal; Exmº. s Senhoras Vereadores; Exmºs Membros da Assembleia Municipal, Meus Senhores e Minhas Senhoras:-----  
-----Muitos outros investimentos poderia enumerar, como é nosso propósito levar a cabo, sempre procurando o desenvolvimento, o progresso e a modernidade, mantendo sempre um RUMO SÉRIO, com investimentos criteriosos, direccionados para as pessoas, sempre com uma gestão cuidadosa, consciente, objectiva, porque é a nossa MANEIRA de FAZER, é a nossa POSTURA, esta é a nossa POLÍTICA razão porque merecemos, desde há mais de 20 anos a confiança do concelho de São Brás e dos Sambrasenses”.-----  
-----Francisco Keil Amaral disse que uma das propostas apresentadas pela CDU aquando da aprovação da taxa de IRS era que se afectasse essa verba concretamente a acções de carácter social, o que na altura lhe foi referido que isso era impossível, no entanto agora verifica que existem itens com verbas específicas

para a acção social, o que em seu entender não era tão difícil como lhe referiram.----

-----Em relação ao mapa de pessoal disse que lhe apraz registar que a Câmara tende a aumentar o seu quadro de pessoal o que é bastante louvável, no entanto gostaria de ver resolvida a questão dos vínculos de alguns funcionários para que a percentagem dos contratados seja menor. -----

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que com toda a alteração que houve na legislação e dada a sua dificuldade, durante o ano de 2009 não foi possível colocar quase nenhum funcionário, no entanto já foram iniciados demarches para esse procedimento, tendo em atenção as necessidades mais prementes, sem se ultrapassarem os valores estipulados por lei. -----

-----Explicou de que forma é que conseguiu o equilíbrio do orçamento nomeadamente com o recurso à utilização do saldo da conta de gerência, ficando por isso obras com verbas por definir que apenas serão preenchidas, em Abril, aquando da aprovação desse documento. -----

-----Acrescentou que a proposta de se utilizar a verba arrecadada com os cinco por cento do IRS para construção de um “mini centro de saúde” na serra não foi tida em consideração porque para além da saúde não ser uma competência da Câmara, o mesmo teria de funcionar com equipas médicas e de enfermagem, o que possivelmente não se justificaria pelo reduzido número de utentes que o iriam frequentar.-----

-----Salientou que se torna mais viável a construção de um centro de dia, com algumas valências como alimentação, higiene e convívio, continuando a unidade móvel de saúde a fazer as visitas semanais e a Câmara a transportar os moradores da zona serrana à sede do município, todas as quartas-feiras, ou ainda se necessitarem diariamente, na viatura que transporta os alunos para a escola. -----

-----Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação dos documentos previsionais de receita e despesa e mapa de pessoal para dois mil e dez, os quais foram aprovados por maioria, com doze votos a favor sendo estes do Partido Socialista e quatro abstenções do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária.-----

-----Ivo Tomé apresentou a declaração de voto do Partido Social Democrata que a seguir se transcreve:-----

-----“ *Num contexto onde a economia nacional está num momento de grande expectativa, é pois consensual a necessidade de tomar medidas, para parar o*

*aumento do endividamento público do nosso país.-----*

*-----Podemos constatar que vários projectos da autarquia em 2009 sofreram atrasos, como foi o caso do início das obras na remodelação do Mercado Municipal e na conclusão do Centro de Artes e Ofícios.-----*

*-----Sabemos ainda que os contribuintes Sambrasenses sofrem uma das mais elevadas cargas tributárias da região algarvia, com a fixação de taxa máxima de IMI e a fixação da taxa máxima de IRS por parte desta autarquia. -----*

*----- De tendência contrária é com agrado que pela primeira vez em muitos anos, que as despesas correntes do orçamento apresentam uma diminuição face o ano transacto, e embora seja num valor simbólico é algo que vai de encontro ao que há muito é apontado como um caminho virtuoso por parte da nossa bancada. -----*

*-----No entanto não podemos deixar de realçar também que:-----*

*-----O presente documento orçamenta verbas significativas em rubricas não específicas, o que trás opacidade à análise e acompanhamento das contas do município.-----*

*-----E que existem projectos muito importantes que embora tenham verbas inseridas, estas são diminutas e acima de tudo não existe um plano concreto com datas e etapas que indiquem uma clara vontade de executar essas obras, como é o caso do Parque da Vila na Zona do Terminal Rodoviário, a dinamização da Zona Industrial e a construção da Rede de Saneamento Básico nos Sítios do Concelho não servidos por essa infra-estrutura. -----*

*-----Pelo acima explanado nós os eleitos pelo Partido Social Democrata à Assembleia Municipal de s. Brás de Alportel apresentamos o nosso voto de abstenção ao Orçamento Previsional da Receita e Despesa, das Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano financeiro de 2010.”-----*

*-----António Pires apresentou igualmente uma declaração de voto, em nome do Partido Socialista, que a seguir se transcreve: -----*

*-----“Após devida análise à proposta de orçamento municipal para 2010, apresentada pela Câmara Municipal, os eleitos pelo partido socialista na Assembleia Municipal estão conscientes do contexto económico em que vivemos, das dificuldades a que o município precisa fazer face e à gestão rigorosa que está na base da elaboração desta proposta de orçamento, de modo a continuar a salvaguardar a saúde e estabilidade financeira que tem vindo a caracterizar o Município, não obstante o elevado nível de execução dos programas de acção.-----*

-----Defendemos a continuidade de uma política de desenvolvimento e de progresso, sustentada no rigor da gestão financeira e na rentabilização de recursos e oportunidades de investimento.-----

-----Sabemos que a elaboração deste orçamento foi dificultada por um conjunto de constrangimentos financeiros, nomeadamente: o contexto de crise económica, que se traduziu numa drástica perda de receitas para o município, sobretudo ao nível dos impostos municipais na ordem dos 35% (com baixas muito acentuadas em termos de IMI- Impostos Municipais sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões), que acompanhou a desaceleração da economia, sobretudo no sector da construção civil; bem como a diminuição da capacidade de financiamento comunitário, sob um novo quadro comunitário QREN- Quadro de Referência Estratégico Nacional - muito restritivo, que na prática não se tem traduzido em qualquer possibilidade de financiamento para os projectos e as obras de que o município carece. Acresce a estes factores conjunturais o facto de continuarmos a ser o município que recebe a menor fatia de transferências do Orçamento de Estado na região, pese embora sejamos um dos concelhos que apresenta uma mais elevada taxa de crescimento demográfico, e logo, uma maior pressão ao nível das infra-estruturas e de todo o tipo de respostas municipais.-----

-----Sabemos também que, por outro lado, a elaboração deste orçamento precisou dar resposta a desafios importantes que se colocam, neste ano de 2010, ao município, ao nível da construção de novos equipamentos e infra-estruturas nomeadamente o apoio à construção da nova creche “sítio do bebé” e à edificação da nova sede da Junta de Freguesia, compromissos que consubstanciam um significativo investimento para a autarquia.-----

-----Estamos igualmente conscientes dos imperativos que subjazem à elaboração deste orçamento; a manutenção da qualidade de vida que o município pretende promover para os são-brasenses, que se traduz num conjunto de investimentos importantes; o urgente combate ao desemprego e o apoio à pequena indústria e comércio, sectores económicos ameaçados pela crise, e a cada vez mais precisa resposta ao agravamento das situações sociais, com um cada vez maior investimento em políticas de solidariedade.-----

-----E não esquecemos que a contínua transferência de competências do Estado para as autarquias e a criação de novas infra-estruturas e serviços ao dispor das populações são factores que acarretam necessariamente o crescimento do volume

de despesas correntes, sendo por isso de realçar que esta proposta de orçamento configure apenas um acréscimo de 0,43% nas despesas correntes face a 2009 e até mesmo um decréscimo de 4,66% ao nível das despesas com pessoal mediante um elevado esforço de contenção de despesas.-----

-----Nas circunstâncias concretas e reais em que vivemos, fazendo face ao contexto de crise, gerindo prioridades e rentabilizando da melhor forma os recursos e as oportunidades de financiamento, entendemos que esta proposta de orçamento é a possível, ainda que não a desejável (por não poder concretizar todos os projectos que gostaríamos de ver avançar desde já) conseguindo dar início à concretização do programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista, pese embora todos os constrangimentos financeiros que a limitam.-----

-----Reconhecemos na proposta as apostas certas nas áreas prioritárias da educação e da solidariedade, do fomento do desenvolvimento, do alargamento da rede de saneamento, da renovação urbana e das vias de comunicação e linhas de força que apontam no caminho de progresso e da qualidade de vida, para um município mais moderno, mais inclusivo e como mais futuro: a modernização administrativa, a eficiência energética, o reforço do trabalho em rede, a continuação da forte aposta nas vias de comunicação, na renovação urbana e na qualidade ambiental, a prioridade às políticas sociais e ao desenvolvimento económico, que se constitui eixo central.-----

----- (Consideramos uma irresponsabilidade algumas afirmações proferidas chegando a ser de mau tom, que denotam um desconhecimento total da realidade actual, e da gestão da autarquia dos últimos anos.)-----

-----A elaboração de um orçamento municipal é um exercício de gestão e planeamento difícil e da maior importância, um trabalho que implica não apenas o presente, mas define o futuro, e onde não deve haver lugar para a demagogia e para a crítica vazia de propostas e alternativas. Importa encontrar as melhores soluções, pesar as prioridades e as oportunidades, para melhor gestão dos bens públicos.-----

-----Pelas razões expostas, somos a favor da proposta apresentada, porquanto se nos apresenta um orçamento equilibrado, consciente e rigoroso, bem como um orçamento ambicioso que concretiza as apostas do programa de acção para o município 2009-2013 e dá o primeiro passo rumo às metas que se propõe alcançar, pelo desenvolvimento de São Brás de Alportel e pela qualidade de vida e felicidade dos são-brasenses”.-----

-----Passou-se de seguida ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **ELEIÇÃO DOS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**-----

-----Sobre este assunto o Presidente da mesa leu o ofício da Comunidade Intermunicipal do Algarve, onde era solicitada a eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal.-----

-----Foi apenas recebida uma lista, apresentada pelos elementos do Partido Socialista, ficando a mesma designada por lista A, cuja composição é a seguinte: ----

**LISTA A:** -----

-----José do Carmo Correia Martins;-----

-----José Manuel da Costa Dantas; -----

-----Sónia Costa do Rosário; -----

-----Passando-se à votação, e precedido escrutínio secreto, obteve-se a seguinte votação: onze votos a favor e quatro votos em branco. -----

-----Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: "**DESIGNAÇÃO DE AUTARCAS PARA INTEGRAR AS COMISSÕES MUNICIPAIS DE:** -----

**----- TOPONIMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA;**-----

**----- DE TRÂNSITO;** -----

**----- DE HABITAÇÃO;**-----

-----O Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal que remetia este assunto para aprovação bem como a parte da informação onde consta a constituição da comissão e que refere ... "*um elemento de cada partido político com assento na Assembleia Municipal...*"-----

-----Francisco Keil Amaral disse que interpretando a lei não se sabe exactamente se é o elemento que tem assento na Assembleia ou se é o partido. -----

-----Nestes termos ficou assim condicionada a sua nomeação até se obter um parecer jurídico sobre o assunto. -----

-----Assim ficaram constituídas da seguinte forma: -----

-----**Comissão de Toponímia:** -----

-----Pelo PS- Tânia Reves; -----

-----Pelo PSD- Ivo Tomé;-----

-----Pela CDU- Francisco Keil Amaral. -----

-----**Comissão Municipal de Trânsito:** -----

-----Pelo PS- Paulo Guerreiro; -----

-----Pelo PSD- Norberto Jesus;-----

----- Pela CDU- Francisco Keil Amaral. -----

----- **Para a Comissão Municipal de Habitação:** -----

----- Pelo PS- Henrique Nicolau; -----

----- Pelo PSD- Lina Sequeira; -----

----- Pela CDU- Francisco Keil Amaral. -----

----- **Autarca para integrar o Conselho Cinegético.** -----

----- Após troca de impressões entre os vários membros da Assembleia e atendendo a que durante vários anos o elemento Ilidio Viegas tem desempenhado de forma exemplar este papel, optou-se, por unanimidade manter o mesmo elementos. -----

----- Passou-se ao último ponto da Ordem de Trabalhos: “**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**” -----

----- O Presidente da mesa questionou o elemento David Gonçalves, na qualidade de Presidente da Junta para que informasse em que fase se encontra o concurso para a construção do edifício da nova sede da Junta de Freguesia. -----

----- Respondendo o Presidente da Junta disse que assinou o contrato com a empresa prevendo-se o início das obras em Janeiro e o lançamento da primeira pedra na última semana de Janeiro. -----

----- Francisco Keil Amaral disse que gostaria que a acta fosse distribuída juntamente com os documentos que acompanham a convocatória, para poder ser aprovada no período de antes da ordem do dia. -----

----- O Presidente da mesa disse que se iria fazer um esforço acrescido, para que a acta seja entregue conforme solicitado. -----

----- José Dantas desejou a todos um feliz ano Novo e que o ano de dois mil e dez traga as maiores felicidades quer pessoais, profissionais e políticas. -----

----- Ivo Tomé apresentou em nome da bancada do Partido Social Democrata votos de feliz Ano Novo, cheio de concretizações, quer para os elementos da Assembleia Municipal quer para os munícipes em geral. -----

----- O Presidente da mesa agradeceu os votos endereçados e desejou igualmente sucessos para o ano de dois mil e dez, para todos os membros e seus familiares. -----

----- Francisco Keil Amaral desejou votos de um ano cheio de alegrias e que possam discutir assuntos interessantes no decorrer do mesmo. -----

----- Também o Presidente da Câmara desejou a todos os presentes, familiares e São-brasenses em geral votos de um ano melhor que o de dois mil e nove. Desejou

igualmente que se consigam resolver alguns problemas que se mostram mais complicados, nomeadamente o da ligação de S. Brás à Via Longitudinal do Algarve.-  
----- Não tendo havido quaisquer intervenções por parte dos restantes elementos, o Presidente da mesa deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que foi aprovada em minuta, pelo seu conteúdo ter ficado gravado em cassete, acta essa que vai ser assinada pela mesa e por mim \_\_\_\_\_ primeiro secretário que a subscrevi.-----